



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681029 - SE (2021/0224227-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MARCELO COSME POTYGUACU VIANA
ADVOGADO : MARCELO COSME POTYGUACU VIANA - SE006192
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : CLAUDOMIRO ALVES DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAUDOMIRO ALVES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (Apelação Criminal 202100300362).

O paciente foi condenado, em 1ª instância, como incurso no art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, à pena de 3 anos e 4 meses de reclusão, no regime aberto. Em sede recursal, foi afastado o redutor, redimensionando-se a pena para 5 anos de reclusão e fixando-se o regime inicial fechado.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto teria sido embasada na alteração do regime prisional para o fechado, sem apontar razões legais para a aplicação da medida extrema e, tampouco, fatos contemporâneos que a justificassem.

Sustenta, de outro lado, a impossibilidade de decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado, após a edição da Lei n. 13.964/2019.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente